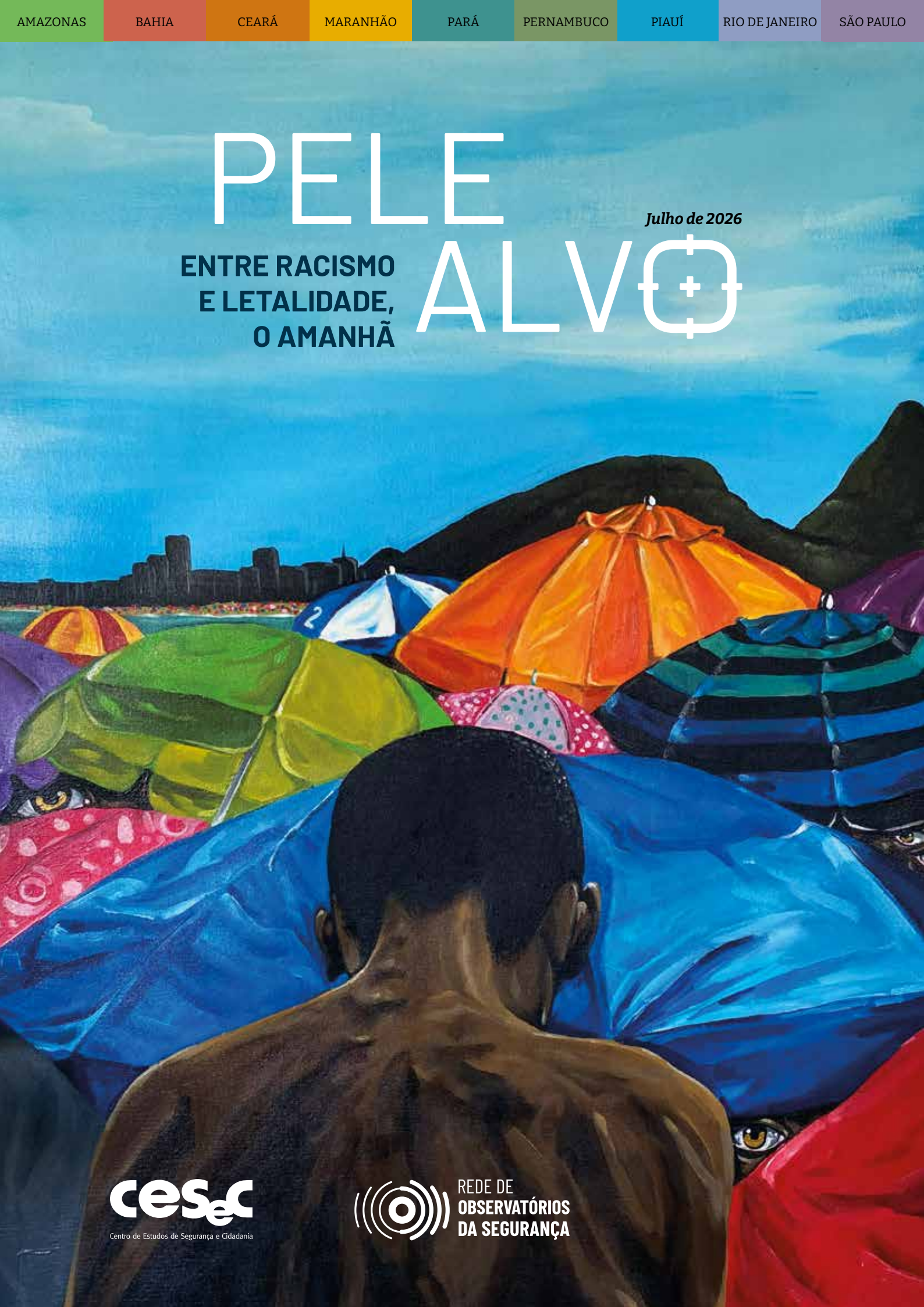


PELE

Julho de 2026

ENTRE RACISMO
E LETALIDADE,
O AMANHÃ

ALVÔ





Pele Alvo é uma publicação anual da Rede de Observatórios, cujo título faz referência à música *Ismália*, de Emicida

**“Costa Barros, coincidência?
Guadalupe, coincidência?
Mesma cor em incidência,
na terra das coincidências
Preto é sempre cor tendência
pra essa fria sentença
Que não busca um ponto final,
vai cooperar com as reticência
Abolição foi só um durex na vidraça
Com bilhete sem graça
dizendo que a vida continua
E meritocracia é só uma farsa
Que te faz pensar
que se a janela tá quebrada,
a culpa é sua”**

Trecho da música “Antes Que a Bala Perdida Me Ache”, do rapper capixaba Cesar MC com participação de Emicida.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA

Um projeto do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)

Direção do CESeC

Julita Lemgruber
Pablo Nunes
Sílvia Ramos

EQUIPE DA REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA**Coordenadora geral**

Sílvia Ramos

Coordenador de projeto

Pablo Nunes

Coordenador de pesquisa

Jonas Pacheco

Pesquisadora

Manuela Peclat

Articuladora Institucional

Bruna Sotero

Coordenador de comunicação

Wellerson Soares

Assistente de comunicação

Nathália da Silva

Coordenador de Design

Renato Cafuzo

Assistente de Design

Rafael Lira

Gerente

Ana Paula Andrade

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA AMAZONAS

Fabio Candotti

Tayná Boaes

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA BAHIA

Ana Carolina Santos

Dudu Ribeiro

Larissa Neves

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA CEARÁ

Cesar Barreira

Fernanda Naiara Lobato

Luiz Fábio Paiva

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA MARANHÃO

Kassione Luz

Luiz Eduardo Lopes Silva

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA PARÁ

Aiala Colares Oliveira Couto

Lucas Moraes

Taiana Fonseca Passos

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA PERNAMBUCO

Dália Celeste

Deila Martins

Edna Jatobá

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA PIAUÍ

Elton Guilherme

Lila Cristina Xavier Luz

Marcondes Brito da Costa

Marcela Castro Barbosa

Maria D'alva Macedo Ferreira

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA RIO DE JANEIRO

Bruna Sotero

Jonas Pacheco

Manuela Peclat

Pablo Nunes

Sílvia Ramos

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA SÃO PAULO

Bruno Paes Manso

Francine Ribeiro

ORGANIZAÇÕES FORMADORAS DA REDE

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)

Coletivo de Pesquisa e Extensão ILHARGAS - cidades, políticas e violências (UFAM)

Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas (INNPD)

Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP)

Instituto Mãe Crioula

Laboratório de Estudos da Violência (LEV/UFC)

Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP)

Núcleo de Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes e Jovens (NUPEC/UFPI)

Rede de Estudos Periféricos (REP UFMA/IFMA)

PARTICIPAÇÃO ESPECIAL NESTA EDIÇÃO

Lucia Cabral, Maria Eugênia da Silva, Bruno Werneck e Lília Melo

FALE CONOSCO

contatorede@cesecseguranca.com.br

YouTube:

Rede de Observatórios da Segurança

Facebook:

@rededeobservatorios

Instagram:

@redeobservatorios

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Pele alva [livro eletrônico]: entre racismo e letalidade, o amanhã / Sílvia Ramos...

[et al.]; - Rio de Janeiro : CESeC, 2026.

Vários autores: Lília Melo, Fabio Candotti, Tayná Boaes, Dudu Ribeiro, Larissa Neves, Ana Carolina Santos, Luiz Fabio Paiva, César Barreira, Fernanda Naiara da Frota Lobato, Kassione Luz, Luiz Eduardo Silva, Taiana Amanda Fonseca dos Passos, Aiala O. Couto, Lucas Moraes, Dália Celeste, Deila Martins, Edna Jatobá, Elton Guilherme Silva, Lila Xavier, Marcondes Brito, Maria Dalva Ferreira, Bruna Sotero, Jonas Pacheco, Manuela Peclat, Nathália da Silva, Pablo Nunes, Rafael Lira, Renato Cafuzo, Wellerson Soares, Bruno Paes Manso, Francine Ribeiro.

Formato: PDF

ISBN: 978-85-5969-072-9

1. Letalidade policial. 2. Racismo. 3. Violência. I. Ramos, Sílvia. II. Título.

CDD-305.8

Sueli Costa - Bibliotecária - CRB-8/5213

(SC Assessoria Editorial, SP, Brasil)

Índices para catálogo sistemático: 1. Racismo : Polícia 305.8

A continuidade na mudança: novas dinâmicas, velhos alvos

Falar de racismo e segurança pública é incorrer num paradoxo insustentável. Enquanto novas dinâmicas são constantemente postas em prática, a realidade dos números insiste em não se alterar, ou pior, em se agravar. A centralidade do racismo, enquanto instrumento de operação de uma lógica hierarquizante da sociedade, segue a sua marcha silenciosa e constante, determinando quem são aqueles que podem e devem ser alvos do aparato estatal. Em suma, naturaliza-se aquilo que não possui nada de natural, mas que é, rigorosamente, resultado de ações políticas historicamente construídas.

O ano de 2025 apresentou-nos diversos casos que ilustram essas novas dinâmicas. Em abril, a decisão da ADPF 635 buscava estabelecer, ou ao menos balizar, algum controle sobre as ações policiais no Rio de Janeiro diante dos índices inaceitáveis de letalidade. Ainda assim, o estado foi palco da maior chacina da história do país. Paralelamente, a expansão e a articulação de facções como o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC) para o Norte e o Nordeste dominaram o debate de pesquisadores e da imprensa.

Nesse contexto, 2025 desenhou articulações políticas e estratégias narrativas para as eleições vindouras, onde o discurso da violência como “solução” para a segurança se intensificou, encontrando,

infelizmente, adesão social e midiática – inclusive em campos supostamente progressistas, que adotaram o enfrentamento como bandeira.

Como se não bastasse a efervescência política na segurança dos estados, adiciona-se uma pitada de turbulência internacional, com a disputa narrativa polarizando o debate: afinal, estamos diante de facções ou terroristas?

Diante dessa complexa conjuntura de novidades e permanências, 2025 prosseguiu com a continuidade na mudança: o ano encerrou com o maior número de mortes decorrentes da intervenção policial (4.330), um aumento de 6,4% em relação a 2024 nos nove estados monitorados (Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo). Se desconsiderarmos os registros de raça ou cor “não informados”, o traço mais brutal do racismo na segurança torna-se evidente: 86,3% (3.104) das vítimas eram negras.

Na sua sétima edição, o *Pele Alvo* mantém o seu propósito inabalável de trazer luz ao debate da letalidade policial, denunciar as desigualdades perpetradas contra a população negra e fomentar o debate público.

Focalizando a análise regionalmente, o “barril de pólvora” do último ano trouxe destaques que exigem atenção urgente. Ceará (200), Maranhão (142), Pará (632) e São Paulo (834) registraram o maior número de mortes desde 2019. A situação maranhense, especialmente, salta aos olhos com um aumento explosivo de 86,8% em um ano. Hipóteses para esse fenômeno apontam para a interiorização de facções oriundas do Rio e de São





Paulo, que articulam-se com grupos locais, como o Bonde dos 40, na disputa por rotas de escoamento. O Ceará, com sua infraestrutura logística privilegiada, exemplifica como essa disputa se territorializa. Paralelamente, notamos que o aumento nesses estados do Nordeste caminha em compasso com as gestões eleitas em 2022.

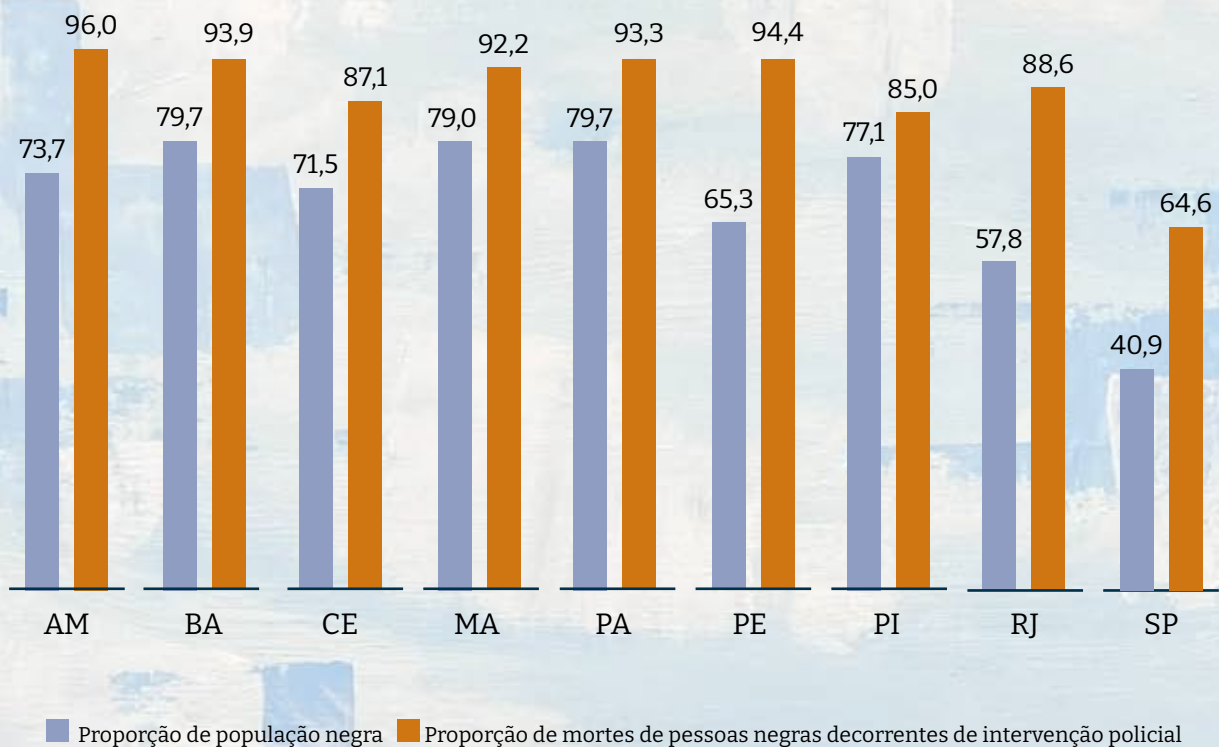
Não bastasse isso, o Rio de Janeiro, com a maior chacina da história do país, viu um aumento de 13,8% na letalidade em um ano. Eis outro paradoxo: o governo fluminense promoveu tal violência sob a tutela da ADPF 635, mecanismo jurídico que coloca o Supremo Tribunal Federal (STF) como ator fiscalizador.

No que tange à letalidade, a Bahia segue em destaque, com 1.570 mortes. O número pode indicar o início de um movimento de queda, dado o recorde anterior de 1.702 mortes, mas

a disputa de mais de 20 facções por rotas e pontos de venda de drogas mantém o território sob tensão. Pernambuco apresentou um aumento de 30,8%, também com presença de CV e PCC, além das altas em São Paulo, de 2,7%, e no Pará, de 5,9%. O Amazonas repetiu o número anterior (43 mortes) e o Piauí foi o único estado a apresentar redução (16,7%), ambos reforçando o discurso do investimento em novas tecnologias contra o crime organizado.

Contudo, a persistência do perfil racial das vítimas confirma-se, com a disparidade entre a proporção de negros mortos e a distribuição populacional – assimetria presente em todos os estados. O Amazonas destacou-se com 96,0% de vítimas negras (aumento de 6 pontos percentuais), seguido por Pernambuco (94,4%), Bahia (93,9%) e Pará (93,3%).

Gráfico 1 - Proporção de população negra e proporção de mortes de pessoas negras decorrentes da intervenção policial - estados monitorados pela Rede de Observatórios (em %) - 2025

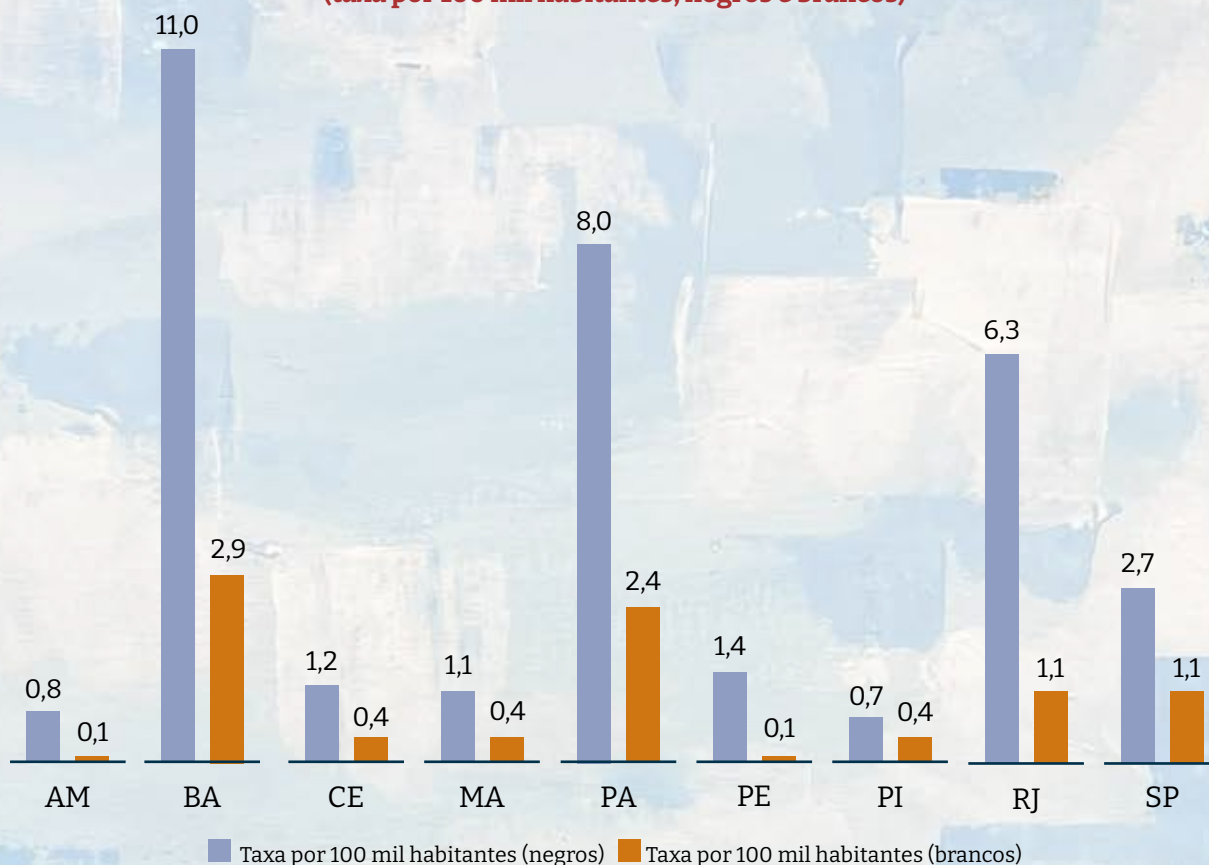


Fonte: elaborado pela Rede de Observatórios com base nas informações enviadas pelas secretarias de segurança

Quando nos debruçamos sobre as taxas, a realidade de alguns estados é ainda mais preocupante. Outra vez a Bahia se destaca e se consolida como um estado que carece de atenção constante e políticas públicas que deem conta de sanar esse quadro. Com uma taxa de 11 mortes por 100 mil, fica muito

acima da média geral de 4,6. Pará (8,0) e Rio de Janeiro (6,3) completam o topo. Com os dados de 2025, afirmamos: na média dos estados, negros têm quatro vezes mais chances de serem mortos pela polícia do que brancos — em Pernambuco, essa chance chega a ser 11 vezes maior, e, no Rio, seis.

**Gráfico 2 - Vítimas de mortes decorrentes da intervenção policial - 2025
(taxa por 100 mil habitantes, negros e brancos)**



Fonte: SSP-AM, SSP-BA, SSPDS-CE, SSP-MA, SEGUP-PA, SDS-PE, SSP-PI, ISP-RJ e SSP-SP. Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança

As ingratas persistências do perfil racial não andam sós. Os jovens (até 29 anos) seguem sendo o alvo principal: foram 2.804 mortes, representando 64,8% do total. O traço mais cruel e inadmissível da letalidade estatal reside na interrupção precoce e violenta do amanhã de uma geração que mal começou a ser desenhada. O escândalo de 310 mortes de garotos de 12 a 17 anos nos nove estados monitorados pela Rede de Observatórios expõe uma realidade estupefacente que precisa ser colocada definitivamente no centro das atenções. Longe de ser um

mero efeito colateral ou um desvio burocrático, a aniquilação de vidas tão jovens por agentes de segurança pública consolida-se como a expressão mais grave de uma política de Estado racista e falida, focada na produção da morte em vez da preservação da vida. Ao transformar adolescentes de favelas e periferias em alvos preferenciais de um confronto permanente, o aparato policial sabota o futuro de comunidades inteiras e estabelece um contraste flagrante e devastador com o que deveriam propor as diretrizes nacionais de prevenção e cidadania.



Número de vítimas de mortes decorrentes da intervenção policial por idade - estados monitorados pela Rede de Observatórios - 2025 (números absolutos)

| FAIXA ETÁRIA | AM | BA | CE | MA | PA | PE | PI | RJ | SP | TOTAL | % |
|--------------------|-----------|--------------|------------|------------|------------|-----------|-----------|------------|------------|--------------|---------------|
| 0 A 11 ANOS | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 2 | 0,0% |
| 12 A 17 ANOS | 2 | 152 | 25 | 16 | 30 | 5 | 2 | 44 | 34 | 310 | 7,2% |
| 18 A 29 ANOS | 26 | 1.043 | 128 | 80 | 388 | 59 | 11 | 409 | 348 | 2.492 | 57,6% |
| 30 A 39 ANOS | 11 | 280 | 35 | 28 | 159 | 19 | 3 | 149 | 241 | 925 | 21,4% |
| 40 A 49 ANOS | 2 | 55 | 5 | 8 | 29 | 4 | 2 | 18 | 125 | 248 | 5,7% |
| 50 A 59 ANOS | 0 | 15 | 1 | 2 | 4 | 2 | 2 | 7 | 16 | 49 | 1,1% |
| 60 ANOS OU MAIS | 0 | 3 | 1 | 1 | 2 | 0 | 0 | 0 | 1 | 8 | 0,2% |
| NÃO INFORMADO | 2 | 22 | 5 | 7 | 20 | 0 | 0 | 171 | 69 | 296 | 6,8% |
| TOTAL GERAL | 43 | 1.570 | 200 | 142 | 632 | 89 | 20 | 800 | 834 | 4.330 | 100,0% |

Fonte: SSP-AM, SSP-BA, SSPDS-CE, SSP-MA, SEGUP-PA, SDS-PE, SSP-PI, ISP-RJ e SSP-SP Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança

O quadro observado demonstra que o racismo e a perseguição à juventude negra não operam apesar das mudanças, mas justamente por meio delas, operando de modo a estruturá-las, condicionando novas conjunturas e reorganizando mecanismos de controle, vigilância e morte. Assim, compreender a segurança

pública brasileira exige reconhecer que as suas permanências não são resquícios ou heranças do passado, tampouco resultado de uma inevitabilidade de origem, mas parte ativa de um processo continuamente atualizado de gestão desigual da vida e da violência, imbricando Estado, política e crime.

A opacidade dos dados: o “não informado” e os limites da transparência

Maranhão e Ceará são exemplos emblemáticos de uma negligência histórica no registro dos dados sobre raça e cor. Por anos, a persistência de índices alarmantes, de casos classificados como “não informados”, funcionou como um mecanismo de apagamento estatístico que impedia um diagnóstico preciso da letalidade policial. Mesmo que tenha ocorrido uma melhoria nas plataformas de solicitação, na celeridade das respostas e na disponibilidade em portais abertos, é preciso destacar que o cenário permanece preocupante.

O estado cearense, que já teve 77,2% das vítimas sem informação, fechou o último ano em 57,5%. O Maranhão, por sua vez, ignorava a catalogação racial, teve 67,7% de dados ausentes em 2023, e agora diminuiu a subnotificação para 54,9%. Esses números revelam que, mesmo com os avanços recentes, a qualidade da informação ainda é insuficiente para um padrão satisfatório de diagnóstico. Continuar com mais da metade das mortes sem a devida identificação racial não é apenas uma falha burocrática, é uma omissão que insiste em invisibilizar o recorte racial da violência estatal.



A prova de que a falta de informação era, antes de tudo, uma forma de mascarar a realidade, surge na correlação direta entre o preenchimento dos dados e a proporção de negros vitimizados. À medida que o fornecimento dos dados é mais completo, o racismo torna-se ainda mais nítido na segurança pública. No Maranhão, a proporção de negros

mortos disparou 22 pontos percentuais, enquanto no Ceará o aumento foi de aproximadamente oito pontos. Ou seja, quanto mais o Estado cumpre seu dever de informar e qualificar a coleta dos dados, mais insustentável torna-se negar que a letalidade policial é um dispositivo de extermínio da população negra.

Metodologia

Os dados de mortes decorrentes da intervenção policial são obtidos junto às secretarias de segurança dos estados e órgãos correlatos por meio de solicitações via Lei de Acesso à Informação (LAI). Após receber todas as respostas, há a etapa de validação dos dados e busca de inconsistências nas bases fornecidas. Um desafio que sempre se apresenta é a falta de padronização da variável raça ou cor, principalmente no que diz respeito aos negros. Ceará, Pará, Piauí e São Paulo são os únicos estados que seguem a categorização do IBGE (amarela, branca, preta, parda e indígena). As demais divergências ocorrem pelo uso da categoria negra no lugar de preta. Dessa forma, consideramos negra como preta e realizamos o somatório com os pardos. Posteriormente, verificamos a quantidade de casos não informados e a viabilidade de uso.

Após a validação e a padronização dos dados, são geradas estatísticas descritivas com as proporções das vítimas por raça/cor. É crucial notar que os dados relativos à população indígena são limitados à categoria de raça ou cor do IBGE. Embora o Censo 2022 tenha incluído uma pergunta para identificar se o

entrevistado se considera indígena (independentemente da cor autodeclarada, como parda ou branca), utilizamos somente a classificação da categoria raça/cor.

A análise das mortes decorrentes mostra avanços na obtenção de dados, mas revisita as limitações que comprometem a compreensão sobre a letalidade policial no Brasil. A falta de padronização nas variáveis, os altos índices de dados não informados e a exclusão das mortes fora de contextos de confronto dificultam a transparência e o entendimento da real dimensão. Para avançar na construção de políticas públicas eficazes e no fortalecimento do controle social, é essencial investir em padronização, qualidade e abrangência das informações, bem como no controle institucional da atuação das forças de segurança.

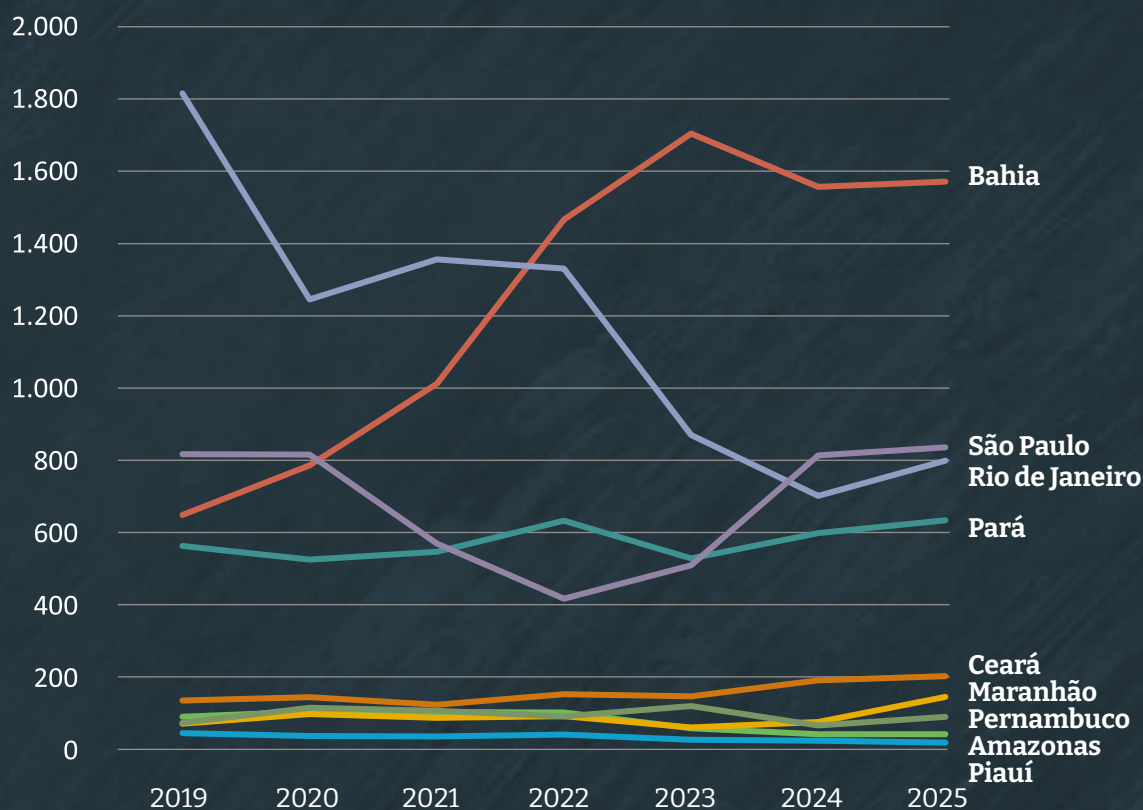
A metodologia desta edição também contou com uma entrevista com Lucia Cabral, liderança comunitária do Complexo de Favelas do Alemão, educadora popular, assistente social e criadora do Espaço Democrático de União, Convivência, Aprendizagem e Prevenção (EDUCAP).



Série histórica das mortes decorrentes de intervenção policial (2019 - 2025)

A dinâmica das mortes decorrentes de intervenção policial no Brasil reflete o emaranhado de elementos presentes no contexto político, seja em âmbito nacional ou regional. Ao longo de sete anos de monitoramento, fatores como a expansão de grupos criminosos, a diminuição de investimentos em mecanismos de controle, alterações na política de câmeras corporais e uma ação estatal com hiperfoco em matar influenciaram diretamente os números.

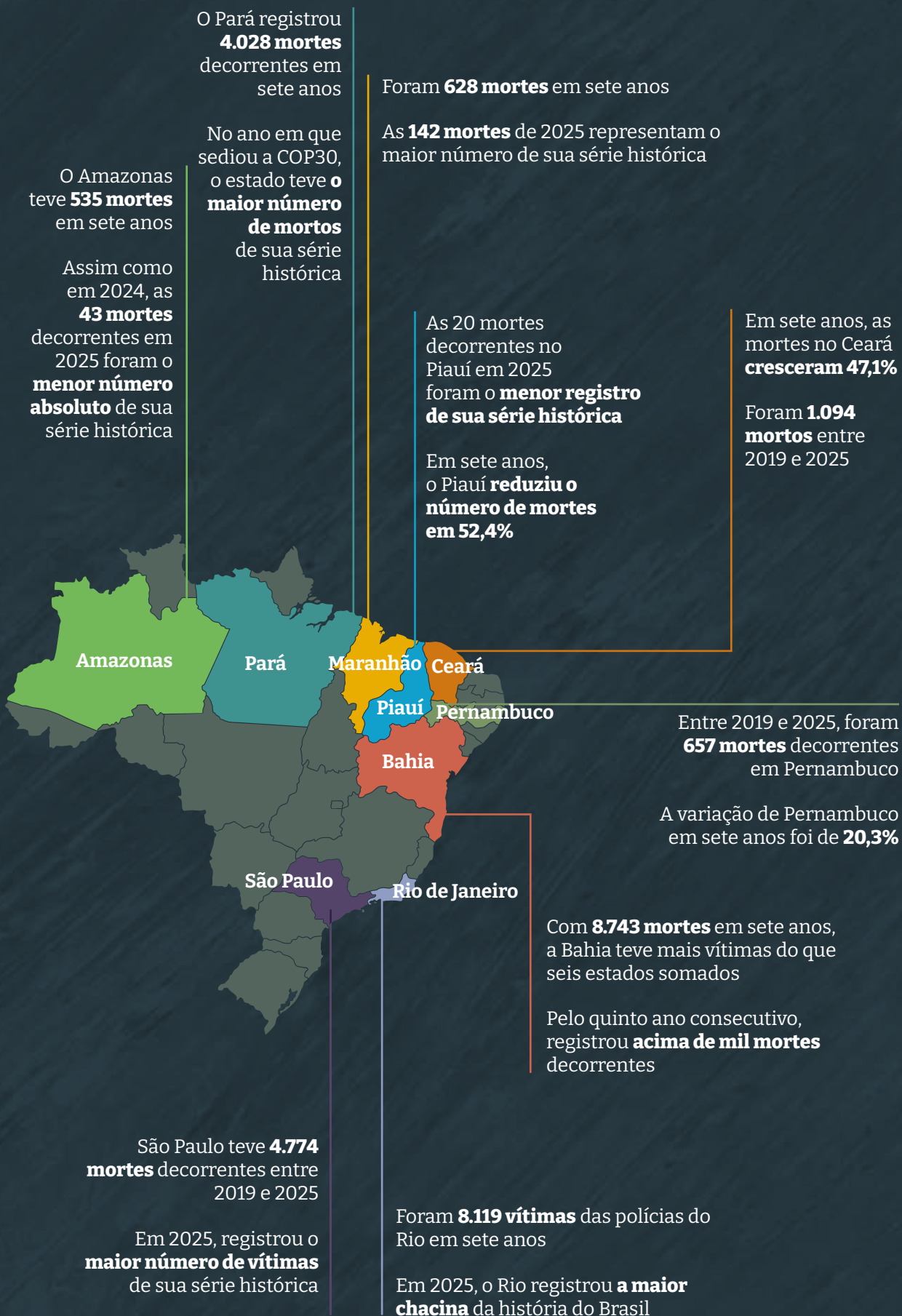
Vítimas de mortes decorrentes de intervenção policial - estados monitorados pela Rede de Observatórios - 2019 a 2025



Fonte: elaborado pela Rede de Observatórios com base nas informações enviadas pelas secretarias de segurança

**Foram
28.799**
pessoas mortas pelas
polícias em sete anos

As 4.330
pessoas mortas em 2025
representam o maior
número da série histórica





Tia
Lucia
Cabral

**Onde a vida insiste
em florescer**



Tia Lucia Cabral, é uma das mais respeitadas e antigas lideranças comunitárias do Complexo de Favelas do Alemão e do Rio de Janeiro. É educadora popular e assistente social. Criou a organização Espaço Democrático de União, Convivência, Aprendizagem e Prevenção (EDUCAP).

O cenário da minha vida não se desenha em linhas retas, mas em curvas sinuosas, becos e vielas que compõem o Complexo do Alemão. Há 59 anos, meus olhos se abriram para o mundo e, desde então, tenho escolhido fazer deste território o meu lugar de existir, resistir e insistir. Minha história não é apenas a minha, é um entrelaçado de vozes que buscam, acima de tudo, o direito de ser e de permanecer — mesmo quando o Estado, por meio de sua força mais violenta, tenta ditar o contrário.

Não nasci no Rio de Janeiro. Minha origem está no Sertão da Paraíba, na cidade de Tapeirá, um solo que carrega a marca do massacre da falta de políticas públicas. Quando meus pais migraram para o Rio, trouxeram consigo a bagagem de quem busca qualidade de vida, mas que, na prática, enfrentava a ausência de direitos. A memória do meu avô, um negão bonito, que trabalhou até o limite de suas forças, e a força das mulheres da minha família — minha avó, mulher indígena, e minha mãe, negra — foram os primeiros livros que li sobre a dureza do preconceito e a necessidade inegociável de levantar a cabeça.

Minha base foi construída no diálogo crítico que estabeleci cedo com meu pai. Ele, um homem que entendia a importância da voz, me ensinou que a educação é a ferramenta primária de libertação, uma lição que carrego comigo ao longo de toda a minha vida de ativista. Essa inquietação nata me levou a abraçar diversos desafios, desde a alfabetização de jovens em

casa, ainda na juventude, até a articulação de projetos que redirecionaram meninos e meninas da proximidade com o crime, ou de viverem à margem, para um futuro em que podem sonhar e realizar.

Ao longo desses anos, ajudei a construir iniciativas como o *Jovens Construtores*, um projeto modelo de construção compartilhada que, embora eficaz, revelou a ferida da descontinuidade que assola nossas periferias. Colaborei com a prefeitura, integrei clubes de adolescentes e, inevitavelmente, me vi como uma das peças desse tabuleiro complexo de direitos humanos. Cada projeto foi uma tentativa de criar caminhos, ainda que o desânimo tentasse se instalar quando via (e vejo) verbas que deveriam garantir o futuro da nossa juventude se perderem na burocracia ou na corrupção, enquanto na ponta, a nossa realidade segue sendo sustentada, quase exclusivamente, pela nossa teimosia e solidariedade.

A consciência sobre o racismo estrutural não foi um evento isolado, mas uma construção forjada no cotidiano. Lembro-me vividamente da infância, de perceber o que significava ser a “outra” em espaços onde

o acesso era restrito pela cor da pele e pela origem social. Na faculdade, ao denunciar o preconceito de professores e colegas que tentavam diminuir a potência da favela, entendi que o meu lugar de fala não era um privilégio, mas uma trincheira. Enquanto alguns queriam que eu debatesse apenas no morro, eu ocupava os espaços acadêmicos com a mesma dignidade

“Do sertão da Paraíba ao Rio de Janeiro, trago comigo a memória do meu avô e a força que me ensinaram a mudar a consciência sobre o racismo estrutural. Uma construção forjada no cotidiano da favela.”



com que caminhava pelas ruas do Alemão.

A violência policial, essa presença invasiva que dita o ritmo do nosso cotidiano, tornou-se o eixo central da minha indignação. Hoje, o poder de fogo é outro. Não é mais apenas sobre a abordagem truculenta, é sobre a onipresença do fuzil, a metralhadora que atravessa a rotina 24 horas por dia, sem momento ou tempo definidos. É uma realidade que exige coragem, mas que também consome a saúde mental. Quando escuto o som de um tiro, meu coração dispara com um medo visceral, um pavor de que o sistema, mais uma vez, interrompa uma vida — especialmente a dos nossos jovens.

O surgimento do EDUCAP, em 2008, foi a resposta necessária a esse cenário de desespero, após uma das tantas chacinas que marcaram nossa trajetória. Com o incentivo de figuras como Marielle Franco e Marcelo Freixo, entendi que precisávamos de um espaço de acolhimento, de escuta, um lugar onde a juventude não fosse julgada pela sua origem ou pela sua vulnerabilidade. A minha missão é simples, mas monumental: mostrar para esse jovem, jogado à própria sorte pelo sistema, que ele não precisa portar um fuzil para existir.

A minha vida se tornou essa rede. Atendo às noites e madrugadas, direciono, alimento, articulo apoio jurídico. É um trabalho exaustivo, sem verba, movido pelo “capital humano” — essa força invisível e solidária que nos protege. O maior obstáculo? A descontinuidade. Projetos

“O fuzil atravessa a rotina 24 horas. Ele impõe a culpa que pressupõe uma violência que exige coragem, mas consome a saúde mental. A relação com a Polícia sempre teve muito claro: ameaça e desrespeito.”

pelo tempo e pela falta de recursos, e sinto a angústia de quem carrega o mundo nas costas. Mas, quando olho para a trajetória de cada jovem que passou por aqui e, hoje, cursa uma faculdade ou constrói seu caminho longe da violência, encontro a esperança necessária para continuar. Eles são o meu legado.


Não me arrependo de ter escolhido este caminho. A minha missão é uma chama que, embora assombrada pelos ventos da violência e do descaso, se mantém acesa pela resistência. Para as próximas gerações, o conselho é um

só: resistir, insistir e acreditar. A população negra periférica carrega no sangue a coragem de quem conhece a dor, mas não se permite ser definida por ela. Como diziam os meus: “nunca abaixe a cabeça”. Mesmo sob a mira da opressão, o nosso maior ato de rebeldia é existir, contar nossas próprias histórias e, enfim, reivindicar a liberdade que, embora virtualmente negada, é o nosso direito fundamental. Aqui, no coração do Alemão, sigo sendo a prova viva de que, apesar de tudo, a vida insiste em florescer.

“Meu pai me ensinou que a educação é a ferramenta primária de libertação. Essa inquietação nata me levou a alfabetizar jovens e a articular projetos como o Jovens Construtores. Quando fundei o Educap, foi para atender a necessidade da educação para além da escola, como ferramenta de acolhimento e escuta.”



PELE
ALVO



Entre a bala e a corda: o extermínio da juventude periférica

Professora Lília Melo - Cine Club TF

PELE ALVO:
ENTRE RACISMO E LETALIDADE, O AMANHÃ



Lília Melo é uma respeitada liderança no Pará, professora, mestra no Núcleo de Inovação em Tecnologia Aplicadas ao Ensino e Extensão e fundadora do Cine Club Terra Firme

Em 2014, eu articulei um projeto que mais tarde se transformaria em um coletivo. Naquele momento, ele recebeu um nome que não deixava espaço para ambiguidades, *Juventude Preta Periférica: do Extermínio ao Protagonismo*. A escolha não foi aleatória. Ela nascia de uma indignação e de uma esperança.

Eu acreditava em duas verdades: A primeira era que o extermínio da juventude periférica tinha endereço, cor e método. Era a bala que atingia a cabeça de um jovem negro na periferia. A segunda era que, se esses mesmos jovens deixassem de ocupar as páginas policiais e passassem a ocupar os cadernos de cultura, tudo seria diferente. Durante muito tempo, trabalhei movida por essas duas certezas.

E, de fato, muita coisa aconteceu. Os meninos e meninas da periferia não ocuparam apenas os jornais. Eles ocuparam teatros, universidades, festivais, escolas, centros culturais e outras periferias. Vi jovens trocando o caminho do tráfico pelo das artes. Vi adolescentes que carregavam o peso do estigma social se transformarem em cineastas, poetas, escritores, fotógrafos, atores, músicos e educadores.

Hoje, alguns deles produzem filmes premiados em festivais internacionais, democratizam o acesso ao cinema através de obras autorais, publicam livros de poesia, ministram palestras em escolas públicas, organizam saraus, promovem desfiles de moda sustentável com roupas produzidas por eles próprios. Tornaram-se referências para outros jovens que cresceram ouvindo que seu destino já estava escrito.

Não estou exagerando! Já temos muitos registros de premiações no Google e até no GPT. Mas existe uma parte da narrativa

que raramente aparece nas fotografias das premiações. Com o crescimento do projeto, vieram também novas perguntas.

Quanto mais jovens chegavam, mais eu compreendia que o extermínio era muito mais complexo do que imaginávamos em 2014. Ele não começa com a bala, começa antes... Começa quando uma criança nasce em um território que o Estado aprendeu a enxergar apenas pela lógica da ausência.

Ausência de políticas públicas.

Ausência de oportunidades.

Ausência de escuta.

Ausência de futuro.

Com o aumento da procura pelas nossas atividades, passamos a enfrentar outras barreiras. Precisávamos de estrutura, financiamento, articulação política, patrocínio, formação técnica. Precisávamos aprender uma linguagem da qual sempre estivemos alheios, porque sempre nos excluíram. E descobrimos que até os caminhos para acessar os recursos são atravessados pelas desigualdades que tentamos combater.

O extermínio continua! Ele apenas muda de forma... Aprendi isso da maneira mais dolorosa possível. Foi ao perder um aluno de apenas 13 anos para o suicídio, que compreendi que o extermínio da juventude não pode ser medido apenas pelas estatísticas da violência urbana.

Existe uma violência que não deixa marcas de pólvora.

Existe uma violência que não aparece nos boletins de ocorrência.

Existe uma violência que mata o desejo.

Mata a esperança.



Mata os sonhos.

Mata a possibilidade de imaginar um futuro.

Eu descobri que, entre a bala na cabeça e a corda no pescoço, existe um território inteiro de abandono social. E é nele que milhares de jovens brasileiros estão vivendo.

Segundo dados recentes da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o suicídio figura entre as principais causas das mortes dos jovens de 15 a 29 anos. O dado deveria nos provocar uma pergunta urgente: o que estamos fazendo com a nossa juventude? Por que estamos perdendo nossos jovens? E estamos perdendo de muitas formas diferentes.

Reconheço os avanços quando encontro um ex-aluno trabalhando com cinema, literatura, música ou educação. Cada conquista é uma celebração. Mas seria irresponsável romantizar a realidade. Para cada jovem que consegue transformar a arte em profissão, outros tantos permanecem presos a condições de trabalho subalternizadas, precarizadas, à informalidade ou à ausência completa de oportunidades.

As periferias são potência. Há muito tempo são potência. Mas seguimos tratando os territórios periféricos como problema, quando, na verdade, eles já produzem soluções diariamente. Eu escuto relatos de jovens que afirmam o quanto a arte salvou as vidas deles, mas também continuo assistindo à violência atravessar os nossos territórios. Continuo vendo o medo circular pelas ruas. Continuo vendo grupos armados disputarem espaços que deveriam ser ocupados por escolas, bibliotecas, centros culturais e políticas públicas permanentes.

Certa vez, ouvi alguém dizer que as periferias são quilombos urbanos por causa de sua resistência. A imagem é bonita, mas há algo que me inquieta nela. Porque eu nunca imaginei um quilombo como um lugar onde seus habitantes precisassem temer a morte diariamente.

Resistir não deveria significar sobreviver. Resistir deveria significar viver plenamente.

Foi nesse contexto que nasceu o Cine Clube TF. Fundado na Terra Firme, em Belém do Pará, o coletivo assumiu a missão de valorizar as identidades afro-indígenas e ribeirinhas dos territórios periféricos, transformando cultura, educação e arte em ferramentas de transformação social.

Desde 2018, realizamos oficinas, saraus, cineclubes, debates, plenárias, mostras culturais, campanhas comunitárias e ações formativas. Construímos grupos de trabalho voltados ao audiovisual, teatro, dança, música, poesia, cinema e artes visuais. Mais do que produzir cultura, buscamos formar sujeitos. Nossa atuação está fundamentada em cinco pilares: ancestralidade, afetividade, corporalidade, educação ética e educação política.

Porque entendemos que nenhuma transformação é possível sem pertencimento. Nenhuma política pública é capaz de substituir o afeto. Nenhum indicador estatístico consegue medir o impacto de um jovem que descobre que sua história tem valor.

Todos os dias, quando atravesso a Terra Firme e outras periferias da Amazônia urbana, continuo acreditando que a arte salva vidas. Mas hoje sei que ela não pode carregar essa responsabilidade sozinha.

A juventude periférica não precisa de heróis.

Precisa de investimento.

Precisa de oportunidades.

Precisa de políticas permanentes.

Precisa de acesso.

Precisa de futuro.

Afinal, impedir o extermínio não significa apenas evitar que um jovem morra. Significa garantir que ele possa viver. E viver plenamente continua sendo o ato mais revolucionário que uma juventude periférica pode realizar neste país.

TENDÊNCIA À INTERIORIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA POLICIAL NO AMAZONAS

Após dois anos de queda, a quantidade de mortes decorrentes da intervenção policial oficialmente registrada no Amazonas se manteve no mesmo patamar de 2024. A grande diferença, porém, é geográfica: houve um aumento de 35,0% de casos no interior do estado, que agora concentra 62,8% do total. Além disso, se antes essas mortes estavam distribuídas em 10 municípios, agora estão em 16.

Esses dados alertam para uma possível tendência de interiorização da violência policial, que extrapola os registros oficiais. A maior parte dos municípios afetados possui menos de 50 mil habitantes, em grande parte organizados em comunidades ribeirinhas, com poucos registros de homicídios. Em Urucará, por exemplo, o painel da SSP-AM não contabiliza um homicídio sequer em 2025. Ao mesmo tempo, chama a atenção a persistência de uma alta letalidade policial em Coari, que, com 1,6% da população do estado, concentra 16,3% dos casos (contra 14,0% em 2024).

Homens seguem sendo a totalidade das vítimas, em sua maioria jovens. Porém, mais uma vez, os dados que nos permitem traçar um perfil socioeconômico são parcos. Sabe-se a escolaridade de apenas cinco, a profissão de 22 e a raça de 25 mortos. Destes, 22 foram identificados como “pardos”, dois como “negros” e, pelo terceiro ano seguido, em um território com 12,5% da população autodeclarada indígena, não há um único corpo reconhecido como tal. Em Benjamin Constant, onde cinco homens foram mortos por policiais nos últimos dois anos, quase metade da população é indígena.

Preocupa-nos que essa nova dinâmica da letalidade policial possa ser uma consequência imediata e perigosa da interiorização de investimentos governamentais (estaduais e federais) em infraestrutura para a segurança pública, justificada em nome do “combate às facções”. Enquanto isso, organizações locais reivindicam, ainda com poucas respostas, políticas de prevenção a violências contra mulheres e meninas, contra pequenos roubos e furtos, além de ações voltadas à redução do uso abusivo de álcool e outras drogas.

Proporção de população negra*

73,7%

Proporção de mortes de pessoas negras decorrentes de intervenção do Estado

96,0%

*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE

75,0%
das mortes foram provocadas pela Polícia militar

TODAS
as vítimas eram homens

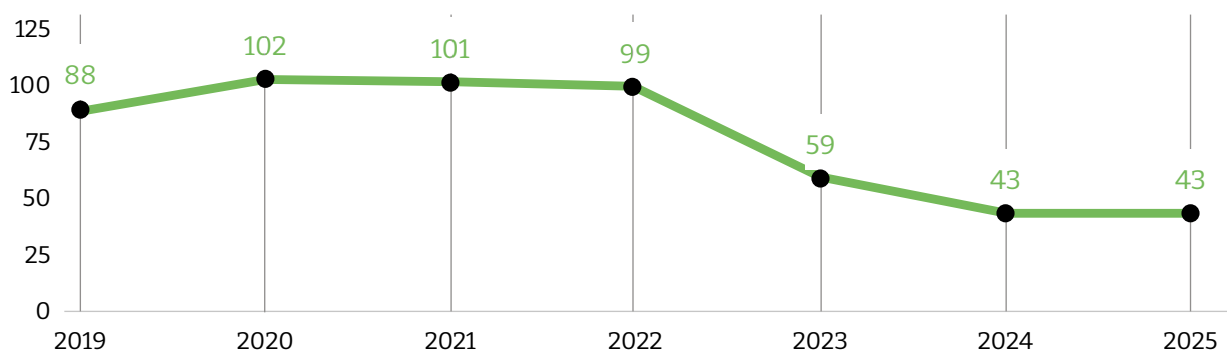
Manaus concentrou 37,2% dos casos

Vítimas de mortes decorrentes de intervenção policial por faixa etária - Amazonas - 2025

| FAIXA ETÁRIA | Nº VÍTIMAS | PROPORÇÃO |
|-----------------|------------|---------------|
| 0 A 11 ANOS | 0 | 0,0% |
| 12 A 17 ANOS | 2 | 4,7% |
| 18 A 29 ANOS | 26 | 60,5% |
| 30 A 39 ANOS | 11 | 25,6% |
| 40 A 49 ANOS | 2 | 4,7% |
| 50 A 59 ANOS | 0 | 0,0% |
| 60 ANOS OU MAIS | 0 | 0,0% |
| NÃO INFORMADO | 2 | 4,7% |
| TOTAL | 43 | 100,0% |

Fonte: SSP-AM | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança

Vítimas de mortes decorrentes de intervenção policial - Amazonas pela Rede de Observatórios - 2019 a 2025



Fonte: SSP-AM | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança

BAHIA TEVE QUASE 9 MIL MORTES CAUSADAS PELA POLÍCIA EM SETE ANOS

O cenário da segurança pública na Bahia segue marcado pelo sangue da juventude negra. Mais uma vez, os números revelam o que os territórios de periferia denunciam historicamente: a política de segurança do estado continua operando a partir de uma lógica de controle, violência e produção sistemática da morte.

A Bahia, estado com maior população negra do país, possui mais de 11 milhões de pessoas negras (79,7% da população estadual), de acordo com o IBGE. No entanto, quando observamos as mortes decorrentes de intervenção policial, percebe-se que a violência estatal atinge essa parcela de maneira profundamente desigual. Em 2025, as pessoas negras representaram 93,9% das vítimas da letalidade policial, totalizando 1.243 mortes.

Os números evidenciam que essa violência tem cor, território e faixa etária definidos. A juventude aparece como principal alvo: somente entre pessoas de 18 a 29 anos, foram registradas mais de mil mortes. Além disso, aproximadamente uma em cada 10 vítimas era adolescente (9,7%). Trata-se de uma geração inteira atravessada pela precarização da vida, pela ausência de direitos e

pela presença quase exclusiva da violência estatal em seus territórios.

Para muitos desses jovens, a segurança pública é a única política que chega às suas comunidades. Ainda assim, não se materializa como garantia de proteção e cidadania, mas como ocupação militarizada, incursões policiais e violações de direitos. Esse formato perpetua um projeto histórico racista e escravocrata que define quais vidas devem ser protegidas e quais podem ser descartadas.

Nesse contexto, a “guerra às drogas” segue funcionando como justificativa para o encarceramento, a militarização e a letalidade. Essa política fracassada não reduz a violência, mas intensifica vulnerabilidades e produz ciclos permanentes de trauma, medo e luto nas periferias. A juventude negra quer viver e acessar educação, cultura, trabalho e lazer. No entanto, segue tratada como alvo prioritário do controle racializado da pobreza. Diante disso, os dados apresentados não são apenas indicadores: representam vidas interrompidas e famílias devastadas pelo Estado.

Proporção de
população negra*

79,7%

Proporção de mortes de
pessoas negras decorrentes de
intervenção do Estado

93,9%

*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE

99,6%
das vítimas
eram homens

12
municípios
concentraram metade
das vítimas

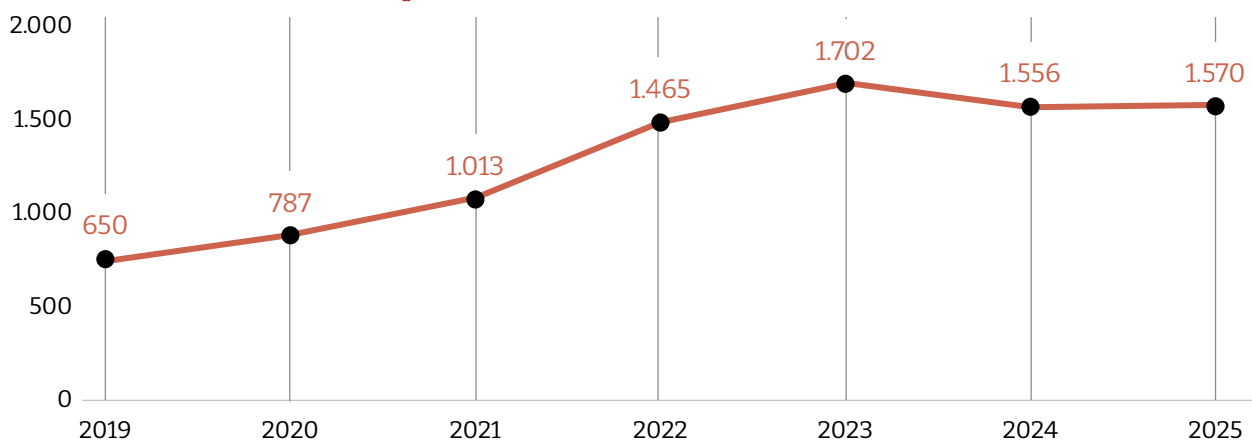
de 365
dias do ano,
346 registraram
mortes

Vítimas de mortes decorrentes de intervenção policial por faixa etária - Bahia - 2025

| FAIXA ETÁRIA | Nº VÍTIMAS | PROPORÇÃO |
|-----------------|--------------|----------------|
| 0 A 11 ANOS | 0 | 0,0% |
| 12 A 17 ANOS | 152 | 9,7% |
| 18 A 29 ANOS | 1.043 | 66,4% |
| 30 A 39 ANOS | 280 | 17,8% |
| 40 A 49 ANOS | 55 | 3,5% |
| 50 A 59 ANOS | 15 | 1,0% |
| 60 ANOS OU MAIS | 3 | 0,2% |
| NÃO INFORMADO | 22 | 1,4% |
| TOTAL | 1.570 | 100,00% |

Fonte: SSP-BA | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança

Vítimas de mortes decorrentes de intervenção policial - Bahia pela Rede de Observatórios - 2019 a 2025



Fonte: SSP-BA | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança



CEARÁ REGISTROU O MAIOR NÚMERO DE MORTES NO ESTADO DESDE 2019

O Ceará se destaca em 2025 pelo agravamento de um fenômeno histórico: em seis anos, alcançou o maior número de vítimas mortas em intervenção policial, chegando ao total de 200. Em disputa na divulgação desses dados, está principalmente o reconhecimento de que os vitimados por ações policiais são, de fato, alvos de uma política de segurança pública que insiste em neutralizar a juventude negra cearense.

O cenário é ainda pior quando contabilizamos que jovens negros têm três vezes mais chances de morrer por um tiro das forças de segurança pública do que um jovem branco. Mesmo na realidade das periferias do Ceará, o alvo tem cor, gênero e idade: 87,1% das vítimas eram negras, 98,0% homens e 76,5% tinham até 29 anos. Insistimos na compreensão de que a abordagem policial é seletiva, ou seja, muda a depender do lugar onde acontece e, principalmente, a depender de quem está sob suspeita.

A retórica do confronto é utilizada como justificativa, mas não consegue explicar de fato as mortes que causa. Quando revisitamos os eventos, encontramos uma força desproporcional e até mesmo o erro do policial que “atira e depois pergunta”. O cenário se agravou ainda mais no estado com a aprovação do Decreto nº 37.130/2026, assinado pelo governador Elmano de Freitas, que enquadra a vítima como “opositor”, fortalecendo o estigma da suspeição. Nessa lógica, o policial

passa a ser “interventor”, e não mais “autor”. A diretriz ainda alterou a classificação dos casos de “mortes por intervenção policial” para “lesão corporal decorrente de oposição à intervenção policial” ou “homicídio decorrente de oposição à intervenção policial”.

Em um contexto de avanço da militarização, hipervigilância e pouca transparência para os cidadãos, o racismo se institucionaliza a passos largos, sob a justificativa da guerra contra o crime, na qual a repressão é a única estratégia executada. Quem está pagando a conta da atual política cearense de segurança pública são as juventudes negras periféricas, ao passo que essas mortes são tratadas pelo Estado como sinônimo de eficiência.

Aos que buscam por justiça, as respostas ainda são tímidas e o Ministério Público parece não conseguir confrontar o excesso de legitimidade da força estatal. Além disso, precisamos falar sobre o trauma que ronda os lugares onde chega a morte autorizada pelo Estado, uma vez que ainda vivemos sob um estado democrático de direito. Repetimos reiteradamente sem arredar o pé: famílias e comunidades marcadas pela violência estatal são revitimizadas pela negação do direito à memória e à justiça. Mais do que investimentos em carros blindados e tecnologias de vigilância, uma política de cuidado deve estar no horizonte pela garantia do direito à segurança e à dignidade.

Proporção de
população negra*

71,5%

Proporção de mortes de
pessoas negras decorrentes de
intervenção do Estado

87,1%

*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE

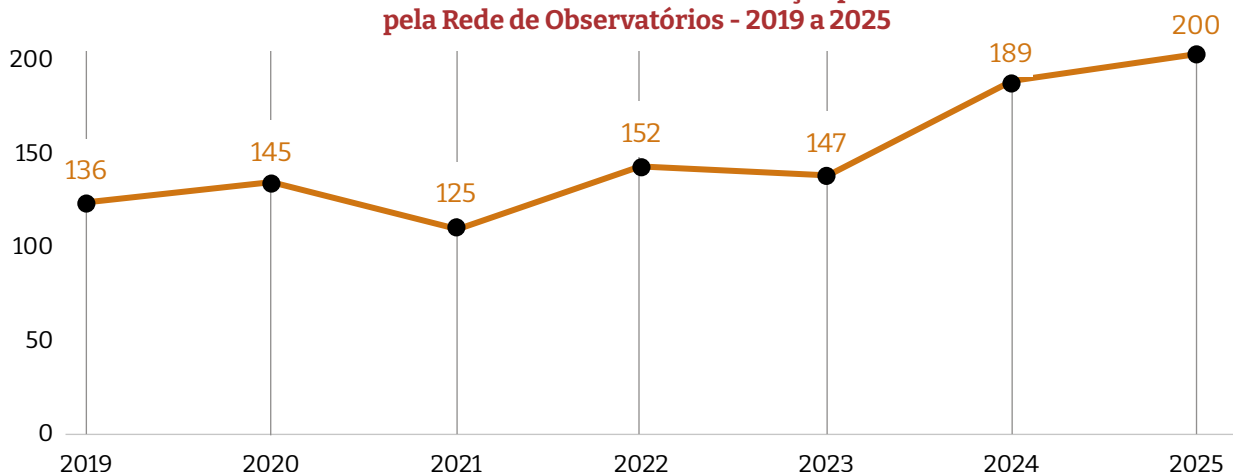


Vítimas de mortes decorrentes de intervenção policial por faixa etária - Ceará - 2025

| FAIXA ETÁRIA | Nº VÍTIMAS | PROPORÇÃO |
|-----------------|------------|----------------|
| 0 A 11 ANOS | 0 | 0,0% |
| 12 A 17 ANOS | 25 | 12,5% |
| 18 A 29 ANOS | 128 | 64,0% |
| 30 A 39 ANOS | 35 | 17,5% |
| 40 A 49 ANOS | 5 | 2,5% |
| 50 A 59 ANOS | 1 | 0,5% |
| 60 ANOS OU MAIS | 1 | 0,5% |
| NÃO INFORMADO | 5 | 2,5% |
| TOTAL | 200 | 100,00% |

Fonte: SSPDS-CE | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança

Vítimas de mortes decorrentes de intervenção policial - Ceará pela Rede de Observatórios - 2019 a 2025



Fonte: SSPDS-CE | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança



INTERIORIZAÇÃO DAS FACÇÕES E EXPANSÃO DA LETALIDADE POLICIAL NO MARANHÃO

Os dados sobre letalidade policial no Maranhão mostram que as mortes não podem ser vistas apenas como casos isolados ou desvios de conduta. O crescimento das mortes por intervenção policial indica um padrão de atuação cada vez mais baseado no uso da força letal. Entre 2015 e 2025, o número de mortes provocadas por policiais no estado passou de 53 para 142 casos, o maior número da série histórica. Isso mostra que a violência policial passou a fazer parte da forma como a segurança pública é conduzida no Maranhão.

Esse aumento da letalidade acompanha as transformações recentes no cenário da violência no estado, marcado pelo avanço das facções e a intensificação dos conflitos armados. Como resposta, o poder público adotou a militarização, tratando a violência sob a lógica da guerra. A linguagem das autoridades e da mídia reforça esse enquadramento ao falar em “combate” e “retomada de território”, transformando as periferias em áreas inimigas e seus moradores, principalmente jovens negros, em suspeitos permanentes.

Nessas condições, a “guerra contra o crime” justifica a ampliação das ações violentas do Estado, com a polícia funcionando como força de confronto: não por acaso, 83,1% das mortes foram causadas pela Polícia Militar. Além disso, essa letalidade já não se concentra apenas nos grandes centros. O processo de interiorização das facções pulverizou a violência por cidades pequenas, de modo que aproximadamente 40,0% das mortes aconteceram em sete municípios, alguns com menos de 15 mil habitantes.

O Maranhão precisa mudar a lógica de segurança adotada, bem como o tratamento dos dados sobre as vítimas. Ano após ano, o estado permanece com um alto percentual de casos sem informações raciais (54,9%). O mesmo apagamento aparece em escolaridade, com 97,2% sem informação, e profissão, com 96,5% dos registros incompletos. Essa precariedade burocrática não representa mero descuido técnico, constitui uma forma adicional de violência institucional, que desumaniza as vítimas ao reduzi-las à categoria genérica de “suspeitos”, apagando trajetórias, vínculos sociais e condições concretas de existência.

Proporção de
população negra*

79,0%

Proporção de mortes de
pessoas negras decorrentes de
intervenção do Estado

92,2%

*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE

TODAS
as vítimas
eram homens

67,6%
das vítimas tinham até
29 anos

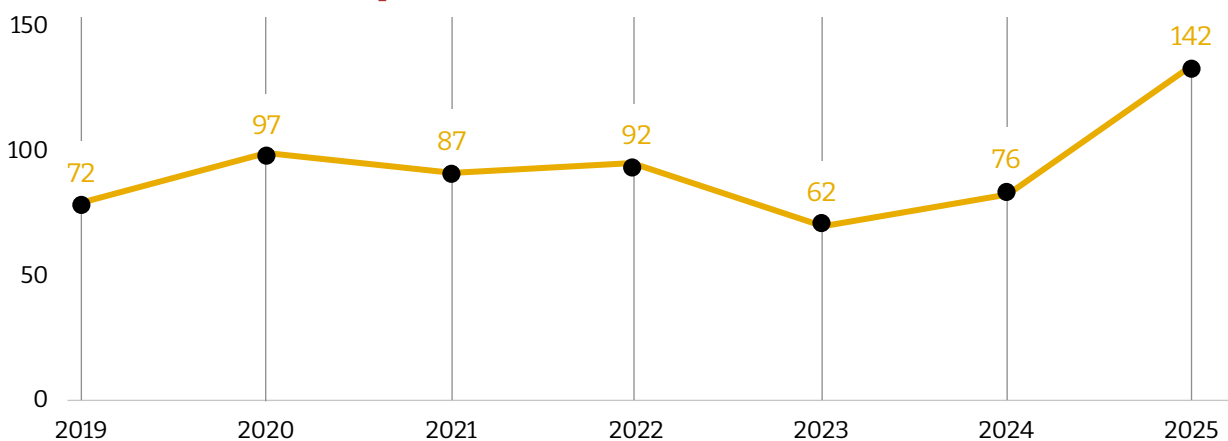
11
municípios
concentraram
metade das vítimas

Vítimas de mortes decorrentes de intervenção policial por faixa etária - Maranhão - 2025

| FAIXA ETÁRIA | Nº VÍTIMAS | PROPORÇÃO |
|-----------------|------------|----------------|
| 0 A 11 ANOS | 0 | 0,0% |
| 12 A 17 ANOS | 16 | 11,3% |
| 18 A 29 ANOS | 80 | 56,3% |
| 30 A 39 ANOS | 28 | 19,7% |
| 40 A 49 ANOS | 8 | 5,6% |
| 50 A 59 ANOS | 2 | 1,4% |
| 60 ANOS OU MAIS | 1 | 0,7% |
| NÃO INFORMADO | 7 | 4,9% |
| TOTAL | 142 | 100,00% |

Fonte: SSP-MA | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança

Vítimas de mortes decorrentes de intervenção policial - Maranhão pela Rede de Observatórios - 2019 a 2025



Fonte: SSP-MA | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança



PELE
ALVO



PARÁ

NO PARÁ, NEM A COP30 FREOU A LETALIDADE POLICIAL

Em 2025, ano em que Belém sediou a COP30, o governo do Pará fortaleceu a imagem de uma capital voltada à sustentabilidade e à redução da violência. Programas como a *Usina da Paz* ganharam centralidade no discurso oficial, e a Secretaria de Segurança Pública (SEGUP) apontou redução nos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) em áreas do programa *Territórios pela Paz*.

Entretanto, os dados sobre mortes decorrentes de intervenção policial revelam o aprofundamento da violência estatal. O Pará registrou 632 mortes por intervenção policial em 2025 — 35 vítimas a mais que em 2024. Houve ainda 19 homicídios praticados por agentes do Estado fora de confrontos e a segunda maior taxa de mortes de pessoas negras (oito por 100 mil habitantes) entre os estados monitorados, atrás apenas da Bahia (11).

Em Belém, vitrine internacional da COP30, foram registradas 99 mortes por intervenção policial, tornando-se o município com maior número absoluto de vítimas no estado. O dado revela uma contradição profunda entre a imagem sustentável projetada ao exterior e a permanência de práticas de segurança marcadas pela letalidade nas periferias.

Os dados também evidenciam o caráter seletivo dessa violência. Entre as vítimas com informação de raça ou cor, 516 eram negras, demonstrando o impacto desproporcional sobre pretos e pardos. Além disso, 418 vítimas tinham entre 12 e 29 anos, e 244 não tinham o ensino fundamental completo. A Polícia Militar foi responsável pela maioria das mortes (89,7%). Esses números provam que a política de segurança permanece lançando um alvo sobre jovens negros e pobres.

Há também uma forte concentração espacial: Belém, Ananindeua e Marituba somam 193 vítimas, evidenciando a Região Metropolitana como o epicentro da letalidade estatal. Esse cenário revela que, apesar dos investimentos em equipamentos sociais como a *Usina da Paz*, persistem práticas de policiamento militarizado e de enfrentamento armado.

Dessa forma, a COP30 impôs um debate urgente sobre o modelo de desenvolvimento adotado. Não há sustentabilidade real sem o direito à vida, nem justiça social enquanto a juventude negra e periférica for a principal vítima do Estado. Construir uma cidade global para o debate climático exige redefinir políticas que priorizem os direitos humanos e a preservação da vida.

Proporção de população negra*

79,7%

Proporção de mortes de pessoas negras decorrentes de intervenção do Estado

93,3%

*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE

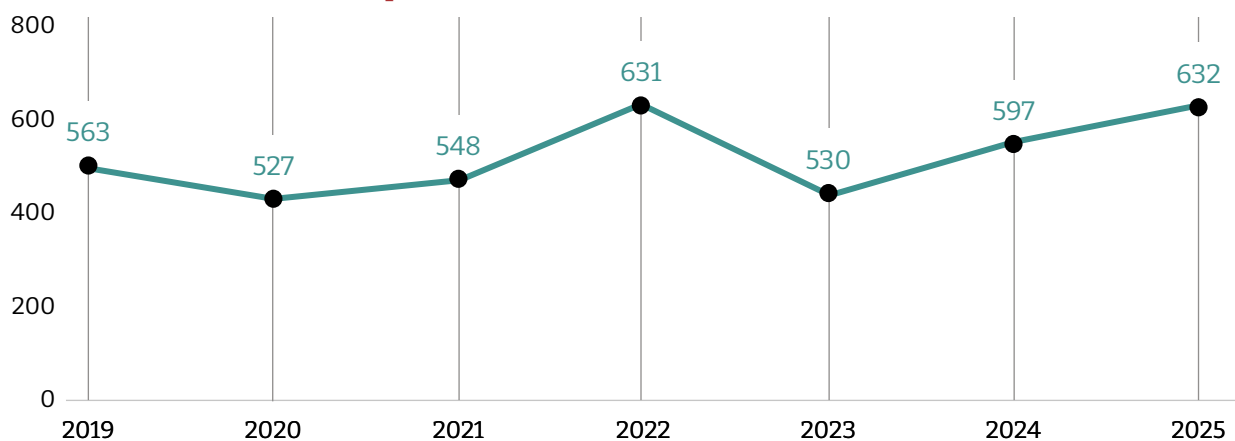


Vítimas de mortes decorrentes de intervenção policial por faixa etária - Pará - 2025

| FAIXA ETÁRIA | Nº VÍTIMAS | PROPORÇÃO |
|-----------------|------------|----------------|
| 0 A 11 ANOS | 0 | 0,0% |
| 12 A 17 ANOS | 30 | 4,7% |
| 18 A 29 ANOS | 388 | 61,4% |
| 30 A 39 ANOS | 159 | 25,2% |
| 40 A 49 ANOS | 29 | 4,6% |
| 50 A 59 ANOS | 4 | 0,6% |
| 60 ANOS OU MAIS | 2 | 0,3% |
| NÃO INFORMADO | 20 | 3,2% |
| TOTAL | 632 | 100,00% |

Fonte: SEGUP-PA | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança

Vítimas de mortes decorrentes de intervenção policial - Pará pela Rede de Observatórios - 2019 a 2025



Fonte: SEGUP-PA | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança



PERNAMBUCO TEVE AUMENTO DE 30,9% NAS MORTES PELA POLÍCIA

Em Pernambuco, a letalidade policial cresce enquanto a redução da violência ocupa o discurso oficial. No estado, 2025 foi marcado pela consolidação de um discurso público voltado à redução da violência. O governo estadual passou a apresentar o programa *Juntos pela Segurança* como evidência de eficiência, associando a queda das Mortes Violentas Intencionais (MVIs) aos investimentos em tecnologia, inteligência e ações policiais. No entanto, os dados sobre mortes decorrentes de intervenção policial contam uma história menos confortável.

Enquanto a redução dos homicídios ocupa o centro da narrativa oficial, o estado registrou um aumento de 30,9% nas mortes por intervenção policial em comparação ao ano anterior. O dado torna inevitável uma pergunta: o que significa falar em preservação da vida quando cresce a violência produzida pelo próprio Estado? A resposta aparece ao observarmos quem continua morrendo. Em Pernambuco, 94,4% das vítimas eram negras. Como o estado informou raça ou cor em 100% dos registros, não há margem para dúvidas: a letalidade policial tem cor.

Ela também tem idade e território. Os dados mostram que 66,3% das vítimas tinham entre 18 e 29 anos, e 71,9% tinham até 29 anos, revelando

como a letalidade incide sobre a juventude seletivamente. Geograficamente, o Recife concentrou 12,4% das mortes, registrando o maior número absoluto do estado. Essa centralização na capital mostra que a violência acompanha desigualdades urbanas históricas e formas de policiamento que recaem sobre determinados bairros.

Outro dado chama atenção pelo silêncio: apesar do preenchimento integral de raça ou cor, 78,7% das vítimas não tiveram a profissão informada. O contraste é revelador: o Estado registra a cor daqueles que morrem, mas apaga suas trajetórias nos documentos oficiais. Além disso, um policial foi vitimado em intervenção, revelando que a lógica do confronto amplia os riscos em torno da própria política de segurança.

O cenário pernambucano exige um debate além da celebração de indicadores agregados. Se o *Juntos pela Segurança* pretende ser uma política de preservação da vida, seus resultados não podem ser avaliados apenas pela redução geral dos homicídios enquanto cresce a letalidade policial contra jovens negros. A questão que permanece é incontornável: quais vidas continuam fora da promessa de segurança do Estado

Proporção de
população negra*

65,3%

Proporção de mortes de
pessoas negras decorrentes de
intervenção do Estado

94,4%

*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE

12,4%
das vítimas
concentradas
em Recife

71,9%
das vítimas
tinham
até 29 anos

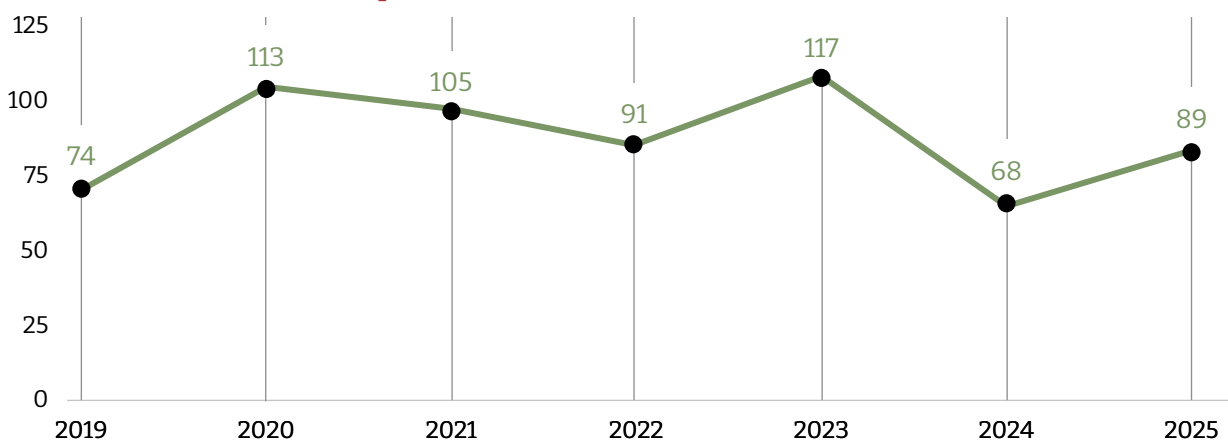
TODAS
as vítimas
eram
homens

Vítimas de mortes decorrentes de intervenção policial por faixa etária - Pernambuco - 2025

| FAIXA ETÁRIA | Nº VÍTIMAS | PROPORÇÃO |
|-----------------|------------|---------------|
| 0 A 11 ANOS | 0 | 0,0% |
| 12 A 17 ANOS | 5 | 5,6% |
| 18 A 29 ANOS | 59 | 66,3% |
| 30 A 39 ANOS | 19 | 21,3% |
| 40 A 49 ANOS | 4 | 4,5% |
| 50 A 59 ANOS | 2 | 2,2% |
| 60 ANOS OU MAIS | 0 | 0,0% |
| NÃO INFORMADO | 0 | 0,0% |
| TOTAL | 89 | 100,0% |

Fonte: SDS-PE | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança

Vítimas de mortes decorrentes de intervenção policial - Pernambuco pela Rede de Observatórios - 2019 a 2025



Fonte: SDS-PE | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança



NO PIAUÍ, TODAS AS VÍTIMAS ERAM HOMENS

A análise da violência policial no Piauí exige uma compreensão que considere os processos institucionais, raciais e sociais que atravessam a segurança pública no estado. Nesse sentido, um dos aspectos relevantes diz respeito à implementação de políticas de educação antirracista voltadas à formação policial e às abordagens realizadas nos territórios periféricos.

A criação, em 2022, da Superintendência de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos Indígenas, articulada aos movimentos sociais, universidades públicas, além do acompanhamento do Ministério Público do Estado do Piauí e de coletivos de resistência, possibilitou a elaboração de protocolos antirracistas voltados à Polícia Militar. A partir dos dados produzidos pela Rede de Observatórios da Segurança, esse processo fortaleceu mecanismos de monitoramento externo e formação crítica das instituições de segurança, podendo ter contribuído para a redução oficial dos homicídios no estado. Contudo, as narrativas de familiares e vítimas da violência policial seguem desempenhando

papel fundamental ao tensionar versões oficiais produzidas pelas corporações policiais, revelando práticas de abuso, racialização da suspeita e violência cotidiana direcionadas sobretudo à juventude negra periférica.

Ao mesmo tempo, a redução dos homicídios precisa ser analisada em articulação com o crescimento dos casos de desaparecimento no estado, mortes ocultas e por causa indeterminada que revelam tendência crescente e paralela à diminuição estatística dos homicídios. Esse cenário levanta questionamentos sobre os modos contemporâneos de ocultação da violência letal, especialmente diante do uso de valas e cemitérios clandestinos por facções criminosas e milícias.

Assim, a análise da segurança pública no Piauí demanda atenção frente aos dados oficiais, uma vez que a diminuição dos homicídios não significa necessariamente a redução efetiva da violência, mas pode indicar transformações nas formas de gestão, invisibilização e administração da morte nas periferias.

Proporção de população negra*

77,1%

Proporção de mortes de pessoas negras decorrentes de intervenção do Estado

85,0%

*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE

55,0%
das vítimas tinham de 18 a 29 anos

Teresina concentrou MAIS DE UM TERÇO das mortes

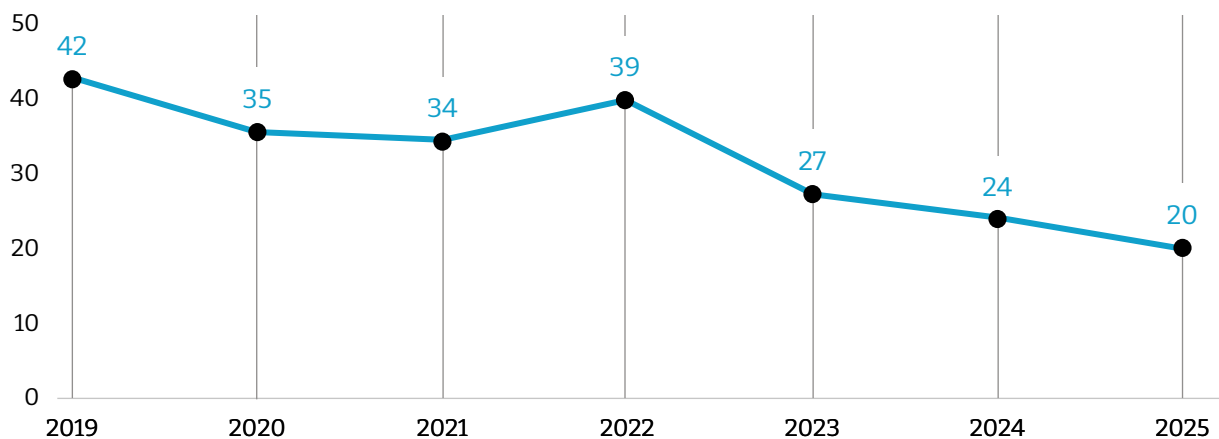
65,0%
das vítimas foram mortas em confronto com a PM

Vítimas de mortes decorrentes de intervenção policial por faixa etária - Piauí - 2025

| FAIXA ETÁRIA | Nº VÍTIMAS | PROPORÇÃO |
|-----------------|------------|----------------|
| 0 A 11 ANOS | 0 | 0,0% |
| 12 A 17 ANOS | 2 | 10,0% |
| 18 A 29 ANOS | 11 | 55,0% |
| 30 A 39 ANOS | 3 | 15,0% |
| 40 A 49 ANOS | 2 | 10,0% |
| 50 A 59 ANOS | 2 | 10,0% |
| 60 ANOS OU MAIS | 0 | 0,0% |
| NÃO INFORMADO | 0 | 0,0% |
| TOTAL | 20 | 100,00% |

Fonte: SSP - PI | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança

Vítimas de mortes decorrentes de intervenção policial - Piauí pela Rede de Observatórios - 2019 a 2025



Fonte: SSP - PI | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança



RIO REGISTROU AUMENTO DE 13,8% NAS MORTES PELA POLÍCIA

No dia 29 de outubro de 2025, o Secretário de Estado de Polícia Civil apresentou o balanço da megaoperação realizada nos Complexos da Penha e do Alemão, denominada Operação Contenção. A ação, conduzida pelo Ministério Público do Rio de Janeiro em parceria com as Polícias Civil e Militar, cumpria 100 mandados de prisão. Na coletiva, a autoridade afirmou que as únicas vítimas teriam sido os quatro policiais mortos, enquanto os outros 115 mortos foram classificados como “narcoterroristas”.

A utilização do termo “narcoterroristas”, assim como a associação desses indivíduos à chamada “chacina do Alemão”, reflete a normalização da violência extrema como elemento estruturante da segurança pública fluminense. Ao mesmo tempo, a caracterização recorrente do Rio de Janeiro como um “narcoestado” funciona como uma admissão institucional da incapacidade de formular políticas eficazes.

Os dados monitorados pela Rede reforçam esse cenário. A proporção de mortes decorrentes de intervenção policial, correspondente a 88,6% dos casos analisados, expressa os efeitos concretos dessa política baseada na letalidade. Soma-se a isso o fato de que três das quatro operações mais letais da história do estado também ocorreram

recentemente (Vila Cruzeiro em 2022, com 23 mortos; Jacarezinho em 2021, com 28; e Itaguaí em 2020, com 12). Além disso, a concentração de 56,3% dessas mortes na capital evidencia que a adoção de práticas marcadas pela necropolítica serve para mascarar a ausência de combates estruturais ao crime organizado.

Nesse contexto, organizações criminosas se fortalecem por meio de dinâmicas econômicas complexas, exigindo estratégias voltadas ao campo financeiro. A Operação Carbono Oculto, realizada em São Paulo, demonstrou a viabilidade de dismantelar essas estruturas sem o emprego de confrontos armados, sendo considerada uma das maiores ofensivas contra o crime.

Por outro lado, o aumento de 13,8% no número de vítimas em relação ao ano anterior evidencia o aprofundamento de uma crise política e institucional que marca o Rio na última década. A chamada “cadeia sucessória” fluminense — caracterizada pela prisão de governadores desde 2016 e sucessivos afastamentos de parlamentares da ALERJ — revela uma instabilidade persistente. Nesse sentido, a retomada do crescimento das mortes após a redução em 2024 expressa a consolidação da violência letal como política pública em um Estado fragilizado.

Proporção de
população negra*

57,8%

Proporção de mortes de
pessoas negras decorrentes de
intervenção do Estado

88,6%

*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE

13,8%
foi o aumento de
número de vítimas

96,5%
das vítimas
eram homens

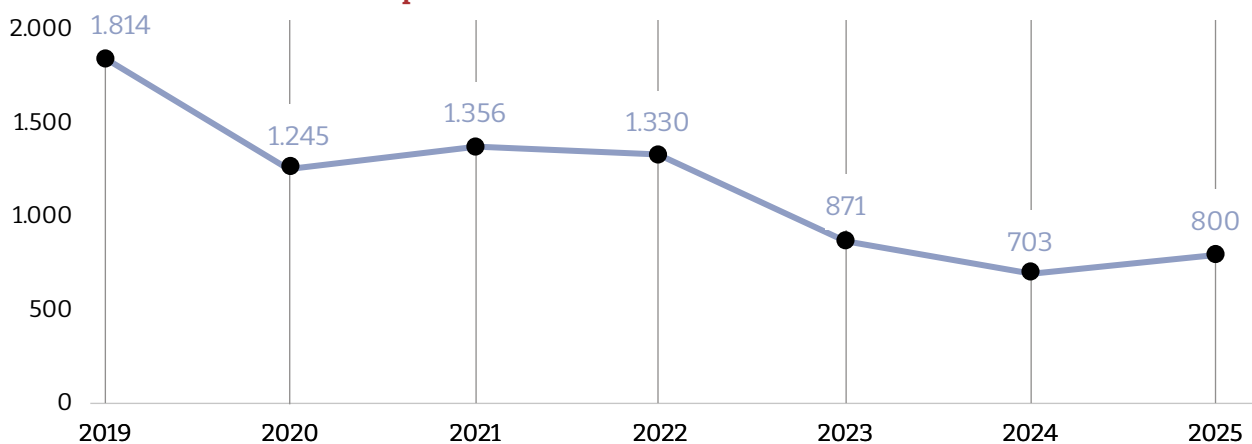
56,3%
dos registros
das vítimas
foram na capital

Vítimas de mortes decorrentes de intervenção policial por faixa etária - Rio de Janeiro - 2025

| FAIXA ETÁRIA | Nº VÍTIMAS | PROPORÇÃO |
|-----------------|------------|---------------|
| 0 A 11 ANOS | 2 | 0,3% |
| 12 A 17 ANOS | 44 | 5,5% |
| 18 A 29 ANOS | 409 | 51,1% |
| 30 A 39 ANOS | 149 | 18,6% |
| 40 A 49 ANOS | 18 | 2,3% |
| 50 A 59 ANOS | 7 | 0,9% |
| 60 ANOS OU MAIS | 0 | 0,0% |
| NÃO INFORMADO | 171 | 21,4% |
| TOTAL | 800 | 100,0% |

Fonte: ISP - RJ | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança

Vítimas de mortes decorrentes de intervenção policial - Rio de Janeiro pela Rede de Observatórios - 2019 a 2025



Fonte: ISP - RJ | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança



PELE
ALVO



SÃO PAULO

VIGILÂNCIA, CONTROLE E LETALIDADE: O QUE NÃO ENTRA NO PAINEL

No centro de São Paulo, o “Prisômetro” do programa *Smart Sampa* atualiza em tempo real prisões e capturas. O painel digital transmite uma mensagem clara: a segurança pública passa a ser apresentada por meio de números que se acumulam como evidência de eficiência. Nessa lógica, o monitoramento em uma cidade coberta por milhares de câmeras deixa de ser apenas ferramenta e passa a construir uma narrativa parcial, onde os índices de produtividade ocupam o centro e outras dimensões permanecem invisíveis.

Esse ecossistema revela uma contradição no uso da tecnologia. As câmeras do *Smart Sampa* comunicam-se diretamente com a polícia para ações imediatas. Já as do Programa *Olho Vivo*, instaladas em uniformes e viaturas para fiscalizar a atividade policial, são frequentemente interrompidas em momentos decisivos — ignorando a decisão do STF (Suspensão Liminar 1.696) que determinou gravação ininterrupta. No fim, há câmeras e câmeras: umas reforçam a ideia de eficiência, outras, quando mal utilizadas, escondem abusos.

O discurso oficial do governo estadual permanece centrado na repressão, acompanhado pelo

desinvestimento na prevenção e pelo enfraquecimento dos mecanismos de controle. Com isso, São Paulo consolida um patamar elevado de letalidade policial, revertido apenas temporariamente com o uso inicial das câmeras. Após a implementação do *Olho Vivo* em 2020 — quando os números atingiram 814 mortes —, houve queda expressiva, chegando a 419 em 2022. A partir de 2023, após a mudança de gestão, os números voltaram a crescer: 510 mortes naquele ano, 812 em 2024 e 834 em 2025. O retorno dos índices negativos evidencia que a redução era possível, mas foi abandonada.

O perfil dessas vítimas não é aleatório: é majoritariamente formado por homens negros, jovens e da periferia. Aí reside um descompasso. De um lado, indicadores da SSP-SP apontam queda em crimes relevantes, como furtos (6,3%), roubos (18,8%) e latrocínios (mais de 50,0%). De outro, consolida-se uma política baseada na violência letal, provando que a letalidade responde menos à variação da criminalidade e mais a uma lógica de gestão da vulnerabilidade. Quando parte significativa das mortes ocorre fora de confrontos clássicos, a violência deixa de ser exceção e se converte em regra.

Proporção de
população negra*

40,9%

Proporção de mortes de
pessoas negras decorrentes de
intervenção do Estado

64,6%

*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE

Quase
5MIL
mortes
em sete anos

98,7%
das vítimas
eram homens

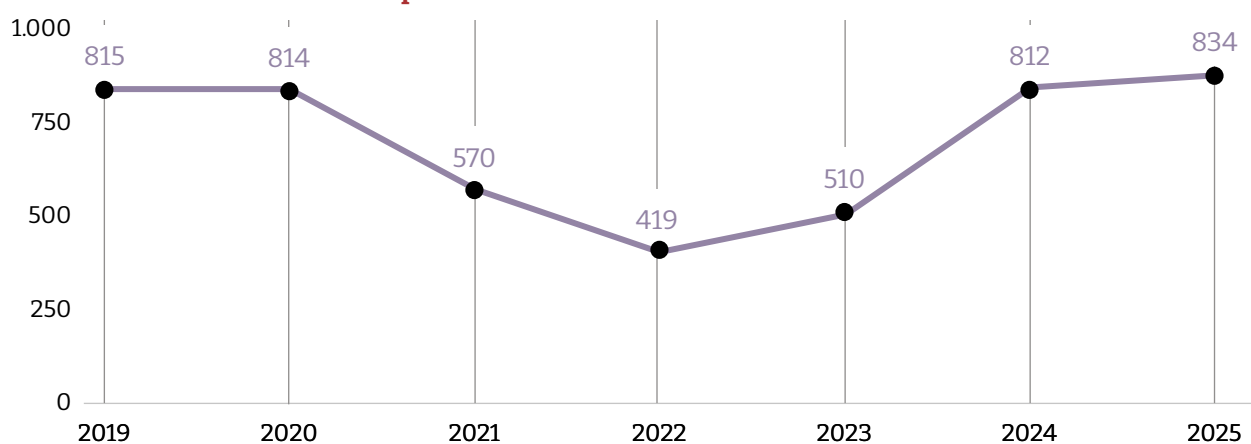
30,5%
das mortes foram
na capital

Vítimas de mortes decorrentes de intervenção policial por faixa etária - São Paulo - 2025

| FAIXA ETÁRIA | Nº VÍTIMAS | PROPORÇÃO |
|-----------------|------------|----------------|
| 0 A 11 ANOS | 0 | 0,0% |
| 12 A 17 ANOS | 34 | 4,1% |
| 18 A 29 ANOS | 348 | 41,7% |
| 30 A 39 ANOS | 241 | 28,9% |
| 40 A 49 ANOS | 125 | 15,0% |
| 50 A 59 ANOS | 16 | 1,9% |
| 60 ANOS OU MAIS | 1 | 0,1% |
| NÃO INFORMADO | 69 | 8,3% |
| TOTAL | 834 | 100,00% |

Fonte: SSP-SP | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança

Vítimas de mortes decorrentes de intervenção policial - São Paulo pela Rede de Observatórios - 2019 a 2025



Fonte: SSP-SP | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança



Quem faz a Rede de Observatórios

Baseadas em nove estados, as pessoas que integram a Rede combinam metodologia de pesquisa rigorosa, monitoramento diário, diálogo com a sociedade civil e conhecimento da realidade local para fazer análises sobre violência e segurança pública.

AMAZONAS



Fabio Candotti



Tayná Boaes

BAHIA



Ana Carolina Santos



Dudu Ribeiro



Larissa Neves

CEARÁ



César Barreira



Fernanda Naiara
da Frota Lobato



Luiz Fábio Paiva

MARANHÃO



Luiz Eduardo
Lopes Silva



Kassione da Luz

PARÁ



Aíala Colares
Oliveira Couto



Lucas Moraes



Taiana
Fonseca Passos



PERNAMBUCO



Dália Celeste



Deila Martins



Edna Jatobá

PIAUI



Elton
Guilherme



Lila Cristina
Xavier Luz



Marcondes
Brito da Costa

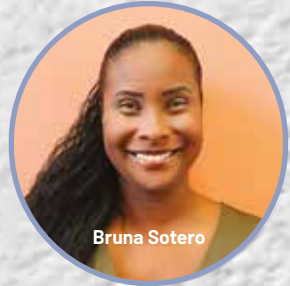
**RIO DE
JANEIRO**



Maria D'alva
Macedo Ferreira



Ana Paula
Andrade



Bruna Sotero



Rafael Lira



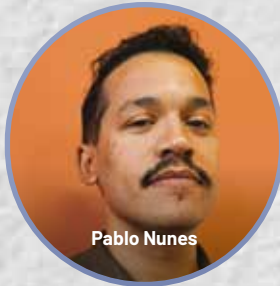
Manuela Peclat



Jonas Pacheco



Nathália da Silva



Pablo Nunes



Renato Cafuzo



Sílvia Ramos



Wellerson Soares

SÃO PAULO



Bruno Paes Manso



Francine Ribeiro

OS DADOS IMPORTAM. O DEBATE TRANSFORMA.

Vá além das páginas deste relatório.

No **podcast da Rede de Observatórios da Segurança**, transformamos dados e monitoramento em conversas profundas sobre a realidade da segurança pública no Brasil.



Assista agora no YouTube:
procure por Rede de Observatórios da Segurança
ou aponte a câmera para o QR Code.



cesec

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania



SOBRE O RELATÓRIO

EDIÇÃO: Wellerson Soares

DIREÇÃO DE ARTE: Renato Cafuzo

REVISÃO: Maria Eugênia da Silva

ILUSTRAÇÃO: Nobru werneck

DESIGN GRÁFICO: Refinaria Design

REALIZAÇÃO

cesec

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania



observatorioseguranca.com.br



@redeobservatorios



@rededeobservatorios

AMAZONAS

BAHIA

CEARÁ

MARANHÃO

PARÁ

PERNAMBUCO

PIAÚÍ

RIO DE JANEIRO

SÃO PAULO



**INICIATIVA
NEGRA**

levi LABORATÓRIO
DE ESTUDOS
DA VIOLÊNCIA



GAJOP

**Mãe
Crioula**



cesec
Centro de Estudos de Segurança e Cidadania

NEV
Núcleo de Estudos de Violência
Universidade de São Paulo

APOIO



**FORD
FOUNDATION**

APOIO INSTITUCIONAL

**OPEN SOCIETY
FOUNDATIONS**